



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

## APÊNDICE - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

CONCORRÊNCIA n.º **90002/2024**  
(Processo Administrativo n.º 23381.004714.2024-31)

# Estudo Técnico Preliminar 38/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23381.004714.2024-31

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Este documento tem como objetivo a consolidação dos Estudos Técnicos Preliminares, com vistas a subsidiar a contratação de solução que abranja a execução de serviços de construção de Ginásio Poliesportivo na unidade do Campus Itaporanga - IFPB. O estudo visa mensurar os riscos, definir estratégias, fornecer subsídios para a elaboração do Termo de Referência e estabelecer um plano de sustentação para a solução demandada, alinhando-se aos princípios de eficiência, eficácia e economicidade.

2.2. O presente estudo trata da contratação de empresa especializada para a execução de serviços de construção de Ginásio Poliesportivo no Campus Itaporanga - IFPB, com o intuito de atender às necessidades institucionais descritas no Documento de Formalização da Demanda (DFD). O estudo técnico analisa os cenários para o atendimento da demanda, apresentando a viabilidade técnica e econômica da solução, além de fornecer as informações necessárias para o desenvolvimento do processo de contratação, conforme disposto nas normativas aplicáveis.

2.3. O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) tem como missão oferecer ensino público, gratuito e de qualidade, por meio da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação. Para tanto, é imperativo dotar suas unidades de infraestrutura adequada, de modo a garantir o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas, bem como o fortalecimento das relações com a comunidade local, propiciando um ambiente adequado para a formação de seus discentes.

2.4. A contratação de que trata este Estudo Técnico Preliminar está diretamente vinculada à promoção de atividades esportivas e à ampliação da infraestrutura destinada à prática de esportes, de forma a suprir as demandas institucionais e acadêmicas. A construção do Ginásio Poliesportivo visa, ainda, atender às diretrizes institucionais de promoção de saúde, bem-estar e integração social, conforme preconizado nos planos de desenvolvimento institucional.

2.5. Atualmente, a unidade do Campus Itaporanga - IFPB carece de uma estrutura adequada para a prática de atividades esportivas coletivas e eventos institucionais. A ausência dessa infraestrutura limita a capacidade do campus em oferecer uma formação integral, que inclua atividades de extensão, integração social e desenvolvimento físico dos discentes, conforme previsto nas políticas públicas de educação.

2.6. Além disso, a inexistência de um espaço específico para a prática esportiva compromete a realização de eventos esportivos e de lazer, tanto internos quanto interinstitucionais. Esse cenário prejudica a interação entre os estudantes e a comunidade, dificultando o cumprimento dos objetivos institucionais de promoção da cidadania por meio do esporte e da cultura.

2.7. A construção do Ginásio Poliesportivo é crucial para suprir as lacunas identificadas, garantindo as condições adequadas para o desenvolvimento de atividades esportivas e de lazer. A falta dessa estrutura impacta diretamente os resultados institucionais voltados à formação integral dos estudantes, comprometendo a oferta de um ambiente que valorize a prática esportiva como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem.

2.8. A construção do equipamento esportivo proporcionará à comunidade acadêmica um espaço adequado para a prática de diversas atividades, sejam elas culturais ou esportivas. Os principais objetivos que se buscam alcançar com a construção do Ginásio Poliesportivo são os seguintes:

2.8.1. Melhoria da Infraestrutura Esportiva: Oferecer um espaço seguro e funcional para a prática de atividades físicas, promovendo o bem-estar, a saúde e a integração dos estudantes.

2.8.2. Fomento à Prática Esportiva: Incentivar a prática regular de esportes, contribuindo para o desenvolvimento físico, social e cognitivo dos discentes, alinhando-se aos princípios da educação integral, conforme as diretrizes nacionais de ensino.

2.8.3. Integração e Eventos Institucionais: Viabilizar a realização de eventos esportivos e culturais, internos e interinstitucionais, reforçando a integração entre os diferentes segmentos da comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

2.8.4. Valorização da Unidade Acadêmica: A construção do ginásio fortalecerá a imagem do Campus Itaporanga como uma instituição comprometida com a formação integral de seus estudantes, abrangendo o desenvolvimento acadêmico, esportivo e social.

2.9. Em face do exposto, a contratação dos serviços de engenharia para a construção do Ginásio Poliesportivo mostra-se essencial para o atendimento das necessidades institucionais do IFPB. Tal medida visa, além de melhorar a infraestrutura física, promover o bem-estar da comunidade acadêmica e assegurar a excelência na oferta de atividades esportivas, cumprindo, assim, a missão institucional de prover uma educação integral e de qualidade.

2.10. Tal estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 8º, Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 58, de 8 de agosto de 2022.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Geral - Campus Itaporanga	RIDELSON FARIAS DE SOUSA
Pró-Reitoria de Administração e Finanças	JOSÉ ALBINO NUNES

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

4.1.1. A prestação dos serviços será realizada por empresa especializada em obras e serviços de engenharia, devidamente habilitada e regulamentada pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, garantindo o estrito cumprimento das normas de sustentabilidade estabelecidas neste instrumento e nos demais artefatos contratuais.

4.1.2. Os serviços a serem executados deverão observar diligência e excelência técnica, assegurando a entrega conforme os requisitos inerentes a cada atividade especificada no contrato, em especial as normas técnicas da ABNT, a legislação de acessibilidade, o Código de Obras do município onde ocorrerá a execução, as regulamentações expedidas pelo Corpo de Bombeiros do estado e as normativas do Ministério do Trabalho.

4.1.3. A execução dos serviços deverá ser realizada em estrita conformidade com as normas técnicas vigentes, empregando técnicas adequadas e rotinas específicas que garantam a segurança e a qualidade na construção do Ginásio Poliesportivo.

4.1.4. A CONTRATADA deverá, às suas expensas, reparar, corrigir ou substituir, no todo ou em parte, os serviços prestados, sempre que forem detectados defeitos ou incorreções, desde que tais falhas sejam atribuíveis à sua responsabilidade.

4.1.5. A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica devidamente qualificada, composta por profissionais habilitados e registrados nos respectivos conselhos de classe (CREA/CAU), incluindo engenheiros civis e arquitetos, além de trabalhadores capacitados para a execução dos serviços relacionados ao objeto da contratação.

4.1.6. A CONTRATADA deverá designar um Responsável Técnico (RT), devidamente habilitado junto ao CREA ou outro órgão competente, que deverá acompanhar integralmente a execução da obra e ser o ponto de contato com o CONTRATANTE, assegurando o cumprimento das normas técnicas, do cronograma e das especificações contratuais.

4.1.7. A CONTRATADA deverá garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, mantendo a qualidade e a conformidade com as especificações técnicas. Atrasos injustificados ou entregas fora dos padrões de

qualidade estabelecidos sujeitarão a CONTRATADA às penalidades previstas contratualmente.

4.1.8. A CONTRATADA deverá apresentar um plano de segurança do trabalho específico para a obra, contemplando medidas preventivas de acidentes e riscos ocupacionais, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, e assegurar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) por todos os trabalhadores envolvidos.

4.1.9. A CONTRATADA deverá implementar um sistema de controle de qualidade, verificando a conformidade dos materiais e serviços prestados em relação às especificações contratuais e normativas vigentes, realizando testes, ensaios e inspeções documentados, a serem disponibilizados ao CONTRATANTE para fins de fiscalização.

4.1.10. A CONTRATADA deverá adotar práticas de gestão ambiental em todas as etapas da obra, minimizando o impacto ambiental, especialmente quanto à destinação adequada de resíduos, controle de emissões atmosféricas e uso racional de recursos naturais, observando as diretrizes de sustentabilidade estabelecidas pelo CONTRATANTE.

4.1.11. A CONTRATADA deverá entregar um plano de manutenção preventiva e corretiva para o Ginásio Poliesportivo, assegurando a funcionalidade e preservação das instalações e equipamentos durante o período de garantia contratual.

4.1.12. A CONTRATADA deverá fornecer, ao término da obra, toda a documentação “as-built”, contendo os projetos atualizados conforme executado, incluindo plantas, cortes, esquemas das instalações elétricas, hidráulicas e sistemas de drenagem, além do manual de operação e manutenção das instalações e equipamentos.

4.1.13. A CONTRATADA deverá manter apólices de seguro, cobrindo danos materiais e pessoais que possam ocorrer durante a execução dos serviços, eximindo o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade por esses eventos.

4.1.14. A CONTRATADA deverá fornecer treinamento técnico à equipe designada pelo CONTRATANTE, capacitando-a para a operação e manutenção do Ginásio Poliesportivo, incluindo sistemas de iluminação, climatização, e outros equipamentos, visando à preservação da infraestrutura.

4.1.15. Todos os materiais e processos utilizados pela CONTRATADA deverão estar em conformidade com a legislação ambiental vigente, notadamente a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e as resoluções do CONAMA, priorizando a reutilização de materiais e a não geração de resíduos perigosos.

4.1.16. A CONTRATADA deverá apresentar um plano de mitigação de impactos ambientais e sociais, incluindo ações de controle de poeira, ruído, tráfego de veículos pesados, preservação de áreas verdes e proteção de recursos hídricos durante a execução da obra.

4.1.17. A CONTRATADA deverá garantir que o Ginásio Poliesportivo atenda plenamente às normas de acessibilidade, conforme a NBR 9050, assegurando rampas de acesso, sinalização tátil, sanitários adaptados e outras adequações necessárias para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

4.1.18. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios periódicos, conforme cronograma físico-financeiro, detalhando o andamento dos serviços, materiais empregados, possíveis desvios de planejamento e medidas corretivas adotadas, permitindo o acompanhamento eficaz da execução pelo CONTRATANTE.

4.1.19. A CONTRATADA deverá apresentar um plano de contingência para a gestão de imprevistos ou emergências, como interrupção dos serviços por condições climáticas adversas, acidentes ou falhas no fornecimento de materiais, assegurando a continuidade da obra dentro dos prazos estipulados.

4.1.20. A CONTRATADA não poderá subcontratar os serviços objeto do contrato sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

4.1.21. A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, incluindo os causados à administração ou a terceiros, sem prejuízo da fiscalização pelo CONTRATANTE.

4.1.22. A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre todas as informações e documentos a que tiver acesso em decorrência da execução dos serviços, sendo vedada sua divulgação sem a autorização expressa do CONTRATANTE.

4.1.23. A CONTRATADA assumirá todos os encargos decorrentes de demandas judiciais civis e penais relacionadas à execução dos serviços, respondendo por eventuais ações originárias ou conexas.

4.1.24. É vedada à CONTRATADA a veiculação de publicidade relativa às atividades objeto do contrato sem prévia autorização do CONTRATANTE.

4.1.25. A CONTRATADA será responsável por todas as despesas necessárias à execução dos serviços, tais como tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, licenças e alvarás, incluindo o recolhimento do ISSQN ao município competente.

4.1.26. A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, informando prontamente ao CONTRATANTE qualquer alteração.

4.1.27. Serão considerados diferenciais as práticas de responsabilidade social, tais como a inclusão de mão de obra local, o cumprimento das normas de segurança e saúde ocupacional, e o compromisso com práticas de sustentabilidade durante a execução dos serviços.

#### 4.1.28. Da Justificativa Acerca da Natureza Comum do Objeto;

4.1.28.1. Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, que institui o novo regime jurídico das contratações públicas, o objeto da presente contratação, referente à construção do Ginásio Poliesportivo na unidade do Campus Itaporanga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, caracteriza-se como de natureza comum. A referida legislação define serviços comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser descritos de forma objetiva, com base em especificações amplamente usuais no mercado, o que é plenamente aplicável à presente contratação. Os fatores que justificam esse enquadramento são os seguintes:

a. Especificações técnicas usuais e padronizadas: A execução dos serviços de engenharia para a construção do ginásio poliesportivo segue normas técnicas reconhecidas e padronizadas, como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), além de especificações usuais para construção civil de edificações desportivas, sistemas de drenagem, instalações elétricas, iluminação e demais componentes estruturais. Tais elementos podem ser claramente descritos e objetivamente definidos no edital de licitação, sem margem para interpretações ambíguas.

b. Rotinas e procedimentos comumente praticados no mercado: O mercado de construção civil está amplamente familiarizado com as técnicas e metodologias necessárias para a execução de obras similares, incluindo serviços específicos como a construção de quadras poliesportivas e ginásios de pequeno e médio porte. As práticas construtivas e os procedimentos para a execução dos serviços demandados são corriqueiros e de domínio geral entre empresas do setor, garantindo que diversas empresas qualificadas possam realizar os serviços em conformidade com as especificações do projeto e edital.

c. Critérios de desempenho e qualidade bem definidos: Os padrões de qualidade e desempenho dos serviços exigidos podem ser especificados de maneira objetiva. Normas e regulamentos técnicos relacionados à construção de ginásios e instalações esportivas estabelecem critérios mensuráveis e verificáveis, permitindo o monitoramento adequado da conformidade com os requisitos contratuais. Isso inclui, por exemplo, padrões mínimos de segurança, acessibilidade e sustentabilidade, além da durabilidade e funcionalidade das instalações.

d. Uso de práticas e tecnologias acessíveis: As soluções técnicas envolvidas na construção do ginásio, como a aplicação de tecnologias construtivas para edificações de uso esportivo, iluminação e drenagem, são amplamente disponíveis e acessíveis no mercado.

Não há inovações tecnológicas de alta complexidade, tampouco especificações que demandem soluções exclusivas ou não usuais, o que facilita a ampla participação de empresas no processo licitatório.

e. Concorrência ampla e competitividade: A natureza comum do objeto possibilita uma ampla concorrência, permitindo a participação de um número significativo de licitantes, o que favorece a competitividade. Tal característica contribui para que a Administração obtenha propostas vantajosas, em conformidade com os princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei n.º 14.133/2021. A ampla concorrência assegura que a execução da obra seja realizada de forma eficiente, a um custo adequado e com qualidade garantida.

4.1.28.2. Diante dos fatores acima expostos, o objeto da contratação reúne todas as características de um serviço comum, conforme os critérios estabelecidos pela Lei n.º 14.133/2021. As especificações são claras e detalhadas, garantindo a condução do processo licitatório com a devida transparência, eficiência e competitividade, em consonância com os princípios que norteiam as contratações públicas.

#### 4.1.29. Da Justificativa Acerca da Natureza não Continuada do Objeto:

4.1.29.1. Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o objeto da presente contratação, referente à execução de serviços de construção de Ginásio Poliesportivo na unidade do Campus Itaporanga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, é classificado como de natureza não continuada, sendo caracterizado como um contrato por escopo. Essa classificação decorre do fato de que os serviços a serem executados possuem caráter transitório e possuem prazo definido para a sua conclusão, conforme os parâmetros estabelecidos no projeto básico e no cronograma físico-financeiro.

4.1.29.2. O presente contrato tem por objeto a execução de uma obra específica, com início, meio e fim bem delimitados, sem a necessidade de continuidade após a entrega do Ginásio Poliesportivo concluído. As justificativas para o enquadramento do objeto como de natureza não continuada são as seguintes:

a. Escopo delimitado e conclusão final: O contrato tem como objetivo a construção de um ginásio poliesportivo, compreendendo uma série de atividades específicas e bem definidas, como serviços de fundação, estrutura, cobertura, piso, instalações elétricas, hidráulicas, iluminação e acabamento. O objeto do contrato se extingue com a conclusão física e financeira da obra, não havendo necessidade de continuidade ou prestação de serviços adicionais após a entrega definitiva do ginásio à Administração.

b. Obra singular e de necessidade pontual: A construção do ginásio destina-se a atender uma demanda específica do Campus Itaporanga,



sendo uma obra única e pontual. Diferentemente de serviços de manutenção ou atividades contínuas, a entrega dessa obra resulta na satisfação da necessidade específica da unidade educacional, sem gerar obrigações recorrentes ou permanentes, além das previstas garantias contratuais de qualidade.

c. Ausência de prestação contínua de serviços: A presente contratação não envolve serviços de natureza contínua, como aqueles relacionados à operação ou manutenção de instalações, que são classificados como serviços continuados. Pelo contrário, trata-se de uma obra com prazo de execução determinado, cujos efeitos cessam com a entrega do ginásio concluído, sem a necessidade de prestações futuras de serviços.

d. Contrato vinculado ao escopo específico: O contrato em questão é caracterizado pela execução de um escopo previamente delimitado, conforme definido no projeto básico e no cronograma físico-financeiro. Trata-se de um contrato por escopo, conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021, onde o cumprimento das obrigações contratuais ocorre com a conclusão e entrega do objeto, ou seja, o ginásio poliesportivo finalizado e em condições de uso pela Administração.

e. Incompatibilidade com natureza continuada: A construção de um ginásio poliesportivo não configura uma demanda contínua da Administração, mas sim uma demanda temporária, cujos efeitos e obrigações se encerram com a conclusão da obra. A natureza do objeto não se coaduna com as características de serviços continuados, como aqueles voltados à manutenção de edificações ou prestação de serviços de operação. Dessa forma, não há justificativa para classificá-lo como de natureza continuada.

4.1.29.3. Em vista dos elementos expostos, conclui-se que o objeto da presente contratação é de natureza não continuada, uma vez que se trata de um contrato por escopo, com execução única e prazo definido de conclusão, atendendo a uma demanda pontual da Administração Pública, sem gerar compromissos ou obrigações de continuidade além das responsabilidades contratuais inerentes ao objeto contratado.

4.1.30. Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza não continuada:

4.1.30.1. O prazo de vigência da contratação é de **390 (trezentos e noventa) dias** contados do(a) data de assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.1.30.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro do corrente ano, para fins de inscrição em restos a pagar.

4.1.30.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.30.2.1. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.1.30.3. O prazo de execução do objeto é de **300 (trezentos) dias** cujas etapas observarão o cronograma a ser fixado no instrumento convocatório.

4.1.30.4. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### 4.1.31. Da Garantia de Execução:

4.1.31.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.1.31.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.1.31.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.1.31.4. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### 4.1.32. Dos Critérios e Práticas de Sustentabilidade:

4.1.32.1. A Lei nº 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações, estabelece a obrigatoriedade de considerar critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas, com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional sustentável. Nesse contexto, a contratação deve observar a incorporação de critérios sociais, ambientais e econômicos na execução dos serviços de engenharia, notadamente na construção do Ginásio Poliesportivo do Campus Itaporanga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.

4.1.32.2. O conceito de desenvolvimento sustentável abrange, além das dimensões ambientais, sociais e econômicas, outras esferas, como as dimensões ética, jurídica e política, as quais devem ser integradas à execução contratual para garantir o bem-estar social, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico equitativo.;

4.1.32.2.1. O bem estar social relaciona-se à garantia dos direitos sociais fundamentais, tais como saúde, educação, segurança e trabalho digno, além do respeito aos direitos dos trabalhadores,

exemplificados pela proibição do trabalho infantil, fixação de salário mínimo, regulamentação da jornada de trabalho e medidas de proteção à segurança e saúde no ambiente de trabalho.

4.1.32.2.2. O Desenvolvimento econômico refere-se à promoção da geração de riqueza, sua distribuição equitativa e ao incentivo a práticas que fomentem a economia local, regional e nacional, sem desrespeitar os princípios da sustentabilidade.

4.1.32.2.3. A Preservação ambiental: Essencial para o desenvolvimento sustentável, exige que as atividades econômicas e sociais sejam realizadas sem degradação do meio ambiente, promovendo um equilíbrio ecológico para garantir os recursos naturais à geração atual e futura.

4.1.32.3. Com base nessas diretrizes, a CONTRATADA deverá observar as seguintes práticas e critérios de sustentabilidade na construção do Ginásio Poliesportivo:

a. Uso racional de recursos naturais: A CONTRATADA deve adotar medidas que minimizem o consumo de água, energia e matérias-primas, priorizando o uso de fontes renováveis e sustentáveis sempre que possível, com vistas à redução do impacto ambiental.

b. Materiais sustentáveis: A CONTRATADA deve utilizar materiais de baixo impacto ambiental, priorizando o uso de materiais reciclados ou de origem sustentável, como aço e concreto certificados, e tecnologias que promovam a redução de resíduos e emissões durante o processo de construção.

c. Gestão de resíduos: A CONTRATADA deve implementar um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, assegurando a separação, reutilização e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na obra, conforme as normas e legislações ambientais vigentes.

d. Eficiência energética: A obra deve contemplar a instalação de sistemas de iluminação e ventilação natural de alta eficiência energética, bem como a utilização de lâmpadas LED, visando a redução do consumo de energia durante a execução da obra e na fase de uso do ginásio.

e. Captação e reuso de água da chuva: O projeto deverá incluir, quando aplicável, sistemas de captação e reuso de águas pluviais para atividades como limpeza das instalações e irrigação de áreas externas, contribuindo para a economia de água potável.

f. Redução de emissões de carbono: A CONTRATADA deve priorizar o uso de tecnologias e equipamentos que reduzam as emissões de gases de efeito estufa, promovendo uma pegada de carbono minimizada durante a execução da obra.

g. Valorização da mão de obra local: A CONTRATADA deverá, sempre que possível, empregar mão de obra local, contribuindo para a geração de emprego e desenvolvimento socioeconômico da região onde o ginásio será construído.

4.1.32.4. Com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), 6ª Edição, de setembro de 2023, aplicam-se os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade à execução dos serviços de construção:

4.1.32.4.1. A CONTRATADA deve priorizar a utilização de materiais reciclados, assegurando que, sempre que possível, pelo menos 30% dos materiais utilizados sejam provenientes de fontes recicladas ou certificadas.

4.1.32.4.2. A CONTRATADA deve garantir que todos os equipamentos e sistemas de infraestrutura atendam a normas de eficiência energética, como o Selo Procel de Economia de Energia, reduzindo o consumo durante e após a obra.

4.1.32.4.3. A CONTRATADA deve adotar práticas de minimização de resíduos e promover o uso de técnicas construtivas que reduzam o desperdício de materiais e otimizem a logística de transporte, visando a redução de emissões de carbono.

4.1.32.4.4. A CONTRATADA deve assegurar a separação adequada dos resíduos gerados durante a obra e a correta destinação dos mesmos, promovendo o reaproveitamento e reciclagem de materiais.

4.1.32.4.5. A CONTRATADA deve priorizar o uso de fontes de energia renovável, como energia solar, nas fases de construção e operação do ginásio, sempre que aplicável.

4.1.32.4.6. A CONTRATADA deve priorizar a contratação de mão de obra local, com ênfase na inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade social, promovendo a responsabilidade social e o desenvolvimento regional.

4.1.32.4.7. A CONTRATADA deve assegurar o cumprimento de todas as normas de saúde, segurança e direitos trabalhistas durante a execução da obra, promovendo um ambiente de trabalho digno e seguro para todos os envolvidos.

4.1.32.4.8. A CONTRATADA deve apresentar relatórios periódicos que evidenciem a implementação das práticas sustentáveis adotadas e os resultados alcançados, possibilitando o acompanhamento e fiscalização pela Administração.

4.1.32.4.9. A CONTRATADA deve estabelecer indicadores de desempenho ambiental e social, a fim de monitorar a eficácia das ações sustentáveis adotadas durante a execução do projeto.

4.1.32.5. Os critérios acima descritos visam garantir a conformidade com as diretrizes estabelecidas pela AGU e a promoção de uma execução contratual mais sustentável, gerando benefícios ambientais e sociais para a comunidade local e regional, bem como para a Administração Pública.

4.1.32.5. Esses requisitos visam garantir não apenas a conformidade com as diretrizes estabelecidas pela AGU, mas também a promoção de uma contratação mais responsável e alinhada com os princípios de desenvolvimento sustentável, gerando benefícios sociais e ambientais para a comunidade.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Neste tópico, torna-se imperiosa a necessidade de pesquisa e definição de soluções adequadas para atender de forma eficiente os ambientes produtivos dos diversos setores desta Autarquia, alinhando-as aos princípios e normas que regem a Administração Pública.

5.2. A investigação realizada neste Estudo Técnico Preliminar visa identificar alternativas que aproximem as compras públicas da Administração das práticas inovadoras adotadas pelo mercado, sempre fundamentadas no princípio da eficiência e no uso racional dos recursos públicos, conforme dispõe o art. 37 da Constituição Federal e a Lei nº 14.133/2021.

5.3. Em razão das necessidades identificadas, faz-se imprescindível a contratação de empresa especializada cuja atividade seja compatível com o objeto a ser contratado, que, no caso em questão, refere-se à execução de serviços de engenharia para a construção de Ginásio Poliesportivo na unidade do Campus Itaporanga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

5.4. A construção e execução de serviços de engenharia, abrangendo planejamento, execução e fiscalização, são contratações frequentes entre instituições públicas de diferentes esferas, estando regulamentadas pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece as regras e diretrizes para a contratação de serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal. A referida legislação disciplina todas as fases do processo de contratação, assegurando transparência e eficiência na execução dos contratos.

5.5. Em contratações dessa natureza, observa-se a aplicação de um modelo flexível que pode ser adaptado às especificidades de cada obra, considerando as particularidades do projeto, cronograma e orçamento. Em grande parte dos casos, a modalidade de execução mais apropriada é a empreitada por preço unitário, especialmente em obras de maior complexidade, como a construção de Ginásio Poliesportivo, devendo-se garantir que a execução atenda às normas técnicas vigentes e aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência e demais artefatos da contratação.

5.6. Diante das considerações expostas, conclui-se que a alternativa viável para o alcance dos objetivos deste Estudo Técnico Preliminar é a contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia, abrangendo todas as fases necessárias para a construção do Ginásio Poliesportivo no Campus Itaporanga do IFPB. A contratação visa atender às necessidades institucionais, proporcionando um espaço adequado para a prática de atividades esportivas, de acordo com as exigências técnicas e normativas aplicáveis.

5.7. Informa-se que não se vislumbrou a necessidade de realização de audiência pública, tendo em vista que as pesquisas realizadas no Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) demonstraram a viabilidade da metodologia adotada, bem como a ampla disponibilidade de empresas especializadas na execução de obras e serviços de engenharia compatíveis com o objeto em questão. Ademais, verificou-se que contratações dessa natureza são comumente realizadas por diversos órgãos públicos em todas as esferas, o que reforça a viabilidade e a competitividade do certame.

5.8. Assim, conclui-se que a solução proposta no presente Estudo Técnico Preliminar é atual, adequada às necessidades apresentadas e amplamente testada em âmbito público, garantindo a aderência às normas de contratação pública e às melhores práticas de gestão de obras e serviços de engenharia.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A descrição da solução global abrange a prestação dos serviços de engenharia para a execução da construção do Ginásio Poliesportivo na unidade do Campus Itaporanga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), em conformidade com as seguintes condições:

6.1.1. Após a formalização da contratação, a licitante vencedora, doravante denominada CONTRATADA, deverá observar as obrigações técnicas detalhadas a seguir:

6.1.1.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços de construção do Ginásio Poliesportivo, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, no local indicado pelo CONTRATANTE, assegurando a entrega da obra em perfeito estado de uso, funcionamento e conforme as especificações técnicas, dentro do prazo estabelecido contratualmente.

6.1.1.2. A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente as disposições constantes no caderno de especificações técnicas, na planilha orçamentária, no cronograma físico-financeiro, nas plantas do projeto executivo, nos memoriais descritivos e em todos os documentos anexos que compõem o processo de contratação.

6.1.1.3. A CONTRATADA deverá realizar uma inspeção detalhada no local da obra, considerando todas as informações constantes dos projetos, memoriais e planilhas, de modo a avaliar as condições do terreno, as dimensões, quantidades e as soluções técnicas adequadas à execução dos serviços, esclarecendo quaisquer dúvidas junto à fiscalização designada pelo CONTRATANTE.

6.1.1.4. A CONTRATADA deverá cumprir todas as disposições legais, regulamentos, normas de segurança do trabalho e de proteção ao meio ambiente, bem como as normas técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelas concessionárias de serviços públicos, além de quaisquer normas aplicáveis ao setor de construção civil e engenharia.

6.1.1.5. A CONTRATADA deverá consultar e esclarecer junto à fiscalização do CONTRATANTE todas as questões que possam comprometer a continuidade ou a qualidade dos serviços. Eventuais omissões ou divergências nos documentos técnicos não isentam a CONTRATADA de sua obrigação de executar os serviços de acordo com o padrão de qualidade especificado.

6.1.1.6. A CONTRATADA será responsável pela organização, operação e manutenção do canteiro de obras, incluindo segurança, vigilância e controle de acessos, além de providenciar a instalação e manutenção de todos os equipamentos necessários, conforme as normas de prevenção de incêndios e demais regulamentos aplicáveis.

6.1.1.7. A CONTRATADA deverá utilizar equipamentos, instalações, ferramentas, mão de obra e materiais novos e de comprovada qualidade, atendendo às normas técnicas da ABNT, do INMETRO e aos requisitos definidos no projeto e no Termo de Referência.

6.1.1.8. A CONTRATADA deverá prever a execução completa de todos os serviços e o fornecimento integral de todos os materiais necessários para garantir a entrega do Ginásio Poliesportivo em conformidade com as especificações técnicas e normativas aplicáveis.

6.1.1.9. Todos os materiais fornecidos e utilizados pela CONTRATADA deverão ser novos, sem defeitos, e de qualidade compatível com as normas técnicas vigentes, seguindo rigorosamente as especificações contidas no projeto, no memorial descritivo e nas recomendações dos fabricantes e fornecedores.

- 6.1.1.10. A CONTRATADA deverá submeter à aprovação da fiscalização do CONTRATANTE qualquer proposta de alteração de especificações ou substituição de materiais, sendo permitida tal alteração apenas em casos devidamente justificados, desde que as alternativas apresentadas atendam ou superem as exigências estabelecidas. A indicação de marcas de materiais e equipamentos visa garantir a qualidade e o desempenho desejado, sendo possível a utilização de produtos de outras marcas, desde que previamente aprovados pelo CONTRATANTE.
- 6.1.1.11. A CONTRATADA será inteiramente responsável pela execução dos serviços e pelo acabamento final da obra, comprometendo-se a fornecer toda a assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento regular e a entrega tempestiva da construção.
- 6.1.1.12. A CONTRATADA deverá garantir a manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura do Ginásio Poliesportivo, incluindo reparos em materiais e equipamentos que apresentem defeitos ou desgaste prematuro, assegurando o funcionamento pleno da edificação durante o período de garantia. Ademais, a CONTRATADA deverá disponibilizar um canal de atendimento técnico para suportar o CONTRATANTE durante o período de manutenção.
- 6.1.1.13. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios periódicos sobre o andamento da obra, detalhando o cumprimento do cronograma físico-financeiro e quaisquer eventos ou ocorrências que possam impactar a execução dos serviços, tais como condições climáticas adversas ou outros fatores externos.
- 6.1.1.14. A CONTRATADA deverá realizar treinamentos e capacitação da equipe do CONTRATANTE para o uso correto e a manutenção das instalações esportivas do Ginásio Poliesportivo, garantindo que os responsáveis estejam aptos a operar e conservar a infraestrutura conforme as orientações técnicas e normativas.
- 6.1.1.15. A CONTRATADA deverá adotar práticas de construção sustentável ao longo da execução da obra, como a gestão responsável de resíduos sólidos, o uso de materiais ambientalmente sustentáveis e a preservação de recursos naturais, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), 6ª Edição, de setembro de 2023.
- 6.1.2. As descrições acima são uma referência mínima para execução dos serviços, devendo a contratada providenciar todas as demais ações que forem indispensáveis para a execução satisfatória do contrato, considerando-se a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão.



6.1.3. A CONTRATADA deverá prever em seus custos, todas as ferramentas, materiais, componentes, produtos, aparelhos de medições e de testes, necessários para a execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos.

6.1.4. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, fornecendo, mão de obra, componentes, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.

6.1.5. O projeto executivo, conforme o caso, será realizado concomitantemente com a execução dos serviços, conforme disposto no art. 14, § 4º, da Lei n.º 14.133/21, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a sua elaboração e implementação, observando-se os prazos e condições estabelecidos no contrato e nos normativos aplicáveis.

6.1.6. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos no instrumento convocatório e seus anexos. Todos os custos referentes aos serviços deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta.

6.2. Os serviços objeto do presente estudo deverão ser prestados observando-se elevados padrões de qualidade, com a utilização de mão de obra especializada e adequadamente qualificada, em conformidade com as especificações dos fabricantes, normas técnicas aplicáveis, melhores práticas de mercado e a legislação vigente, especialmente no que tange à segurança do trabalho, saúde ocupacional e proteção ao meio ambiente, observando-se ainda os princípios da economicidade e eficiência.

6.3. A CONTRATADA assumirá a integral responsabilidade pela boa execução e pela eficiência dos serviços realizados, comprometendo-se a seguir rigorosamente as Normas de Execução, Instruções Técnicas e demais documentos fornecidos pela CONTRATANTE. A CONTRATADA responderá, inclusive, por quaisquer danos materiais ou pessoais decorrentes da execução inadequada ou irregular dos serviços, devendo tomar todas as medidas preventivas e corretivas necessárias para evitar a ocorrência de tais danos.

6.4. A execução dos serviços deverá ser realizada em estrita conformidade com as Normas Brasileiras aplicáveis, bem como com as orientações e indicações constantes dos projetos, especificações técnicas e demais documentos fornecidos pela CONTRATANTE. Na ausência de Normas Brasileiras específicas ou em caso de omissões nas normas existentes, a CONTRATADA deverá seguir as prescrições estabelecidas pelas normas técnicas internacionais aplicáveis, reconhecidas e aceitas no âmbito da engenharia e construção civil.

6.5. É obrigação da CONTRATADA garantir que todos os materiais e insumos utilizados na execução dos serviços estejam em conformidade com as especificações técnicas e normas de qualidade aplicáveis, devendo, quando solicitado, apresentar os respectivos certificados de conformidade e relatórios de ensaio de qualidade.

6.6. A CONTRATADA deverá, ainda, assegurar o cumprimento das legislações ambientais e de saúde e segurança no trabalho, sendo responsável pela

implementação de todas as medidas de proteção coletiva e individual necessárias para prevenir acidentes, preservar o meio ambiente e garantir a saúde e segurança dos trabalhadores e terceiros envolvidos na execução do objeto.

6.7. A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução dos serviços, um sistema de gestão de qualidade, conforme normas internacionais aplicáveis, que permita o controle, a rastreabilidade e a supervisão contínua das atividades realizadas, visando assegurar a conformidade dos serviços prestados e a satisfação das necessidades e expectativas da CONTRATANTE.

6.8. Em caso de divergências entre normas técnicas, legislações e especificações técnicas fornecidas pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à fiscalização do contrato para a definição dos procedimentos a serem adotados, sem prejuízo do cumprimento dos prazos estabelecidos.

6.9. Essa descrição da solução como um todo visa atender aos requisitos do inciso IV, art. 9º, da IN SEGES n.º 58, de 8 de agosto de 2022, fornecendo uma visão abrangente da proposta de contratação dos serviços objeto do presente instrumento, incluindo as exigências relacionadas à manutenção e assistência técnica, quando aplicáveis.

6.10. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. A estimativa da quantidade de serviços a serem contratados foi aferida com base nas necessidades identificadas pela CONTRATANTE, considerando as especificidades técnicas e operacionais para a construção do Ginásio Poliesportivo na unidade do Campus Itaporanga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB. Foram observados os requisitos indispensáveis à execução das atividades previstas no escopo contratual, de acordo com os padrões estabelecidos.

7.2. Os itens e quantitativos dos serviços foram calculados de forma a abranger integralmente o escopo da contratação, considerando a área total de construção do Ginásio Poliesportivo, que abrange uma área total de 2.430,70 m², distribuída em dois pavimentos, com área coberta de 2.099,63 m², e capacidade para acomodar 378 espectadores sentados. A definição dessas áreas foi embasada em estudos técnicos detalhados de viabilidade técnica e econômica, levando em conta as necessidades específicas dos setores e a funcionalidade do ginásio.

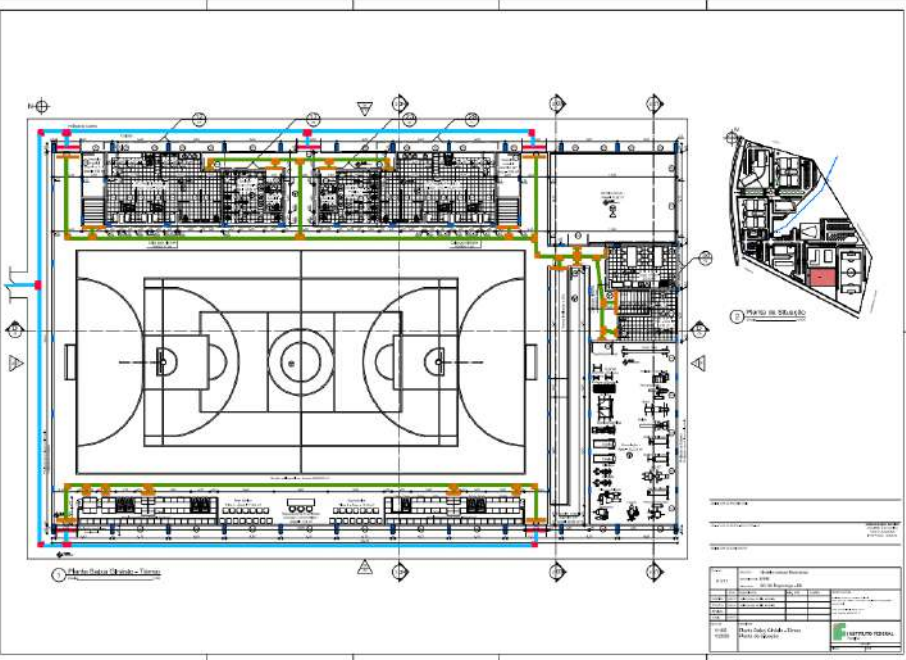
7.3. O detalhamento dos quantitativos e a justificativa técnica para cada item previsto constam nos projetos técnicos e relatórios elaborados pela unidade de engenharia responsável. Esses documentos foram anexados aos autos do processo administrativo e servem como suporte para a correta mensuração dos serviços a serem contratados, assegurando a observância dos princípios da economicidade, eficiência e adequação às necessidades da Administração Pública.

7.4. A memória de cálculo que fundamenta as quantidades previstas integra este documento, apresentando os parâmetros utilizados na análise, como a produtividade dos serviços, o cronograma de execução, a alocação de recursos humanos e materiais, bem como as áreas a serem atendidas, conforme os documentos de suporte que acompanham os autos.

7.5. A interdependência com outras contratações e projetos em execução ou previstos foi considerada na formulação das estimativas, buscando oportunidades de sinergia, economia de escala e otimização de recursos. Essa abordagem visa evitar a duplicidade de despesas e maximizar a eficiência da execução dos serviços contratados.

7.6. Eventuais ajustes nos quantitativos inicialmente estabelecidos poderão ser realizados durante a execução do contrato, desde que justificados tecnicamente e previamente autorizados pela CONTRATANTE, observando-se os princípios da legalidade, eficiência e economicidade, bem como o atendimento pleno às necessidades do objeto contratado.

7.7. Diante de todo o exposto, as estimativas foram formuladas com base em dados concretos e análises detalhadas, permitindo uma melhor adequação aos requisitos operacionais da unidade, considerando a identificação e a área total a ser construída que importa em:

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:	CONSTRUÇÃO CIVIL
	

<b>IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	Acesso Rodovia PB 386, Km 2, S/N Centro Itaporanga/PB CEP: 58.780-000.
<b>ÁREA DE CONSTRUÇÃO:</b>	2.430,70 m <sup>2</sup>

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.961.210,19

8.1. Os serviços de engenharia, objeto do presente estudo, dar-se-ão pelo regime de empreitada por preço unitário, a partir da demanda formalmente identificada e de orçamento já levantado e aprovado pela Administração.

8.2. A estimativa de preços tem por marco normativo o Decreto n.º 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências, em consonância com o art. 23, §2º da Lei n. 14.133, de 2021.

8.3. Os custos foram levantados com base nas composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, considerando os custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) e, quando pertinente, do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro) para serviços e obras de infraestrutura de transportes.

8.4. Na hipótese de impossibilidade de utilização dos referenciais acima, a pesquisa de preços para a determinação do preço estimado foi realizada utilizando os seguintes parâmetros:

I. Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.

II. Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme regulamentação pertinente.

8.5. Os métodos utilizados para a obtenção do preço estimado consideraram a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa, incidindo sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros acima elencados. Os valores inexecutáveis, inconsistentes e excessivamente elevados foram desconsiderados.

8.6. Excepcionalmente, foi admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

8.7. As memórias de cálculo da estimativa de preços, os preços unitários referenciais e os documentos que dão suporte a esta estimativa já foram incluídos nos autos do processo administrativo. Esses elementos poderão ser apresentados em anexo classificado, caso a Administração opte por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação, conforme art. 24 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.8. O custo estimado da contratação foi apurado no montante de **R\$ 2.961.210,19 (dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, duzentos e dez reais e dezenove centavos)**, sendo este valor referencial para a execução do objeto contratual.

8.9. Os custos de execução ora apresentados, os quais se encontram devidamente detalhados nas planilha(s) orçamentária(s) anexas aos autos do presente processo, foram elaborados por uma equipe técnica devidamente capacitada e habilitada, conforme as diretrizes estabelecidas pela legislação pertinente. Este trabalho resultou na composição do orçamento completo da obra a ser executada, que inclui não apenas os custos diretos, mas também as despesas indiretas e outros encargos que possam incidir, culminando no valor final de referência da contratação. Esse valor será parte integrante da documentação do Termo de Referência, garantindo a transparência e a adequação orçamentária do procedimento licitatório.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. Em conformidade com o disposto na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/2021, o planejamento da contratação deve, em regra, observar o princípio do parcelamento, desde que haja viabilidade técnica e econômica, visando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade. Todavia, é essencial que essa fragmentação não comprometa a economia de escala e a eficiência na execução dos serviços.

9.2. No entanto, no presente caso, referente à contratação de empresa especializada para a construção do Ginásio Poliesportivo no Campus Itaporanga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, optou-se por não parcelar a contratação pelos seguintes motivos:

9.2.1. Complexidade Técnica e Interdependência dos Serviços: A obra possui natureza altamente integrada, onde os serviços a serem realizados são interdependentes e exigem uma execução coordenada e contínua. O parcelamento poderia causar desarticulação entre as fases da obra, comprometendo a sinergia necessária para a adequada consecução do objeto contratual e prejudicando o resultado final. A fragmentação dos serviços poderia levar a falhas de coordenação, impactando negativamente a qualidade e a segurança da construção.

9.2.2. Eficiência na Gestão e Fiscalização: A contratação em regime não parcelado facilita a gestão e o acompanhamento da execução dos serviços. A Administração poderá concentrar a fiscalização em um único contrato e fornecedor, o que promove um maior controle sobre os prazos, a qualidade e a conformidade das atividades com o projeto executivo, reduzindo potenciais conflitos contratuais e administrativos que poderiam surgir com múltiplos fornecedores.

9.2.3. Otimização de Recursos Financeiros: A centralização da contratação permite a redução de custos administrativos e operacionais, evitando a multiplicação de contratos e os encargos decorrentes da necessidade de gerir vários processos licitatórios. Dessa forma, obtém-se uma maior eficiência na utilização dos recursos orçamentários, promovendo uma gestão financeira mais ágil e segura.

9.2.4. Economia de Escala: Embora o parcelamento busque ampliar a competitividade e economia, no presente caso, o escopo dos serviços requer execução centralizada. A contratação de um único fornecedor possibilita melhores condições de negociação, especialmente em relação aos preços e à qualidade dos materiais e serviços, em virtude do volume concentrado. Isso

permite à Administração a obtenção de economia de escala mais significativa, com maior aproveitamento dos recursos financeiros.

9.2.5. Prazo de Execução: A manutenção de um único contrato para a construção do Ginásio Poliesportivo assegura maior celeridade na execução das atividades e no cumprimento dos prazos estabelecidos. O parcelamento poderia resultar em atrasos decorrentes de novas licitações e contratos fracionados, o que comprometeria a entrega da obra em tempo hábil, além de aumentar os riscos de incompatibilidades técnicas entre as diferentes fases do projeto.

9.3. Assim, diante das justificativas técnicas e operacionais expostas, conclui-se que a não adoção do parcelamento se revela como a alternativa mais adequada e vantajosa para a execução do presente objeto. Essa decisão está em plena conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e eficácia que orientam as contratações públicas, assegurando o atendimento pleno das necessidades da Administração e a consecução dos objetivos institucionais do IFPB.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A presente contratação para a construção do Ginásio Poliesportivo na unidade do Campus Itaporanga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) está diretamente alinhada com os objetivos e diretrizes estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Planejamento Estratégico da Instituição. O PDI, enquanto instrumento de planejamento de longo prazo, define as metas e prioridades para o fortalecimento da rede federal de ensino técnico e superior, orientando as contratações de modo a garantir a expansão da infraestrutura educacional, o desenvolvimento acadêmico e a integração das atividades de ensino, pesquisa, extensão e esporte, em consonância com as demandas socioeconômicas e ambientais da região.

11.2. O alinhamento da contratação com o planejamento estratégico do IFPB pode ser evidenciado nos seguintes pontos:

11.2.1. Expansão da Infraestrutura Educacional: A construção do Ginásio Poliesportivo faz parte dos esforços de ampliação e modernização da infraestrutura física do Instituto, conforme previsto nas diretrizes do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação. Esse empreendimento visa atender às



demandas crescentes da comunidade acadêmica, oferecendo um espaço adequado para atividades esportivas, culturais e sociais, fortalecendo a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A obra contribuirá diretamente para a qualidade do ambiente institucional, elevando os padrões de atendimento aos alunos, servidores e comunidade externa.

11.2.2. Valorização da Prática Esportiva e do Desenvolvimento Integral: A criação de um Ginásio Poliesportivo no Campus Itaporanga está em consonância com as políticas institucionais de promoção da qualidade de vida e bem-estar social, integrando o desenvolvimento humano ao ensino técnico e superior. A prática esportiva é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes, fomentando o equilíbrio físico e mental, além de incentivar a participação em atividades de integração social, o que fortalece as políticas públicas de incentivo à educação integral.

11.2.3. Sustentabilidade e Eficiência na Utilização de Recursos Públicos: A contratação contempla, de maneira expressa, a adoção de práticas sustentáveis, conforme previsto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e no Plano de Desenvolvimento Sustentável do IFPB. A obra incorpora soluções que minimizam o impacto ambiental, com a utilização de materiais ecologicamente corretos e tecnologias que promovem a eficiência energética e o uso racional de recursos naturais, garantindo a compatibilidade do crescimento institucional com os princípios de responsabilidade socioambiental.

11.2.4. Inovação e Melhoria Contínua: O projeto do Ginásio Poliesportivo está embasado em soluções técnicas inovadoras, garantindo a eficiência na execução das obras e a qualidade dos serviços a serem prestados. A busca por inovação é um princípio norteador do Planejamento Estratégico do IFPB, que visa promover o constante aprimoramento dos serviços oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade. A contratação desta obra reflete o compromisso da instituição com a modernização de sua infraestrutura e a excelência em suas atividades.

11.3. Assim, a execução desta obra não só contribui para a realização das metas de expansão da infraestrutura física definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB, como também reforça o compromisso da Instituição com a promoção de um ambiente educacional sustentável, inovador e voltado para o desenvolvimento integral de seus estudantes e servidores. A contratação em questão materializa os objetivos institucionais de proporcionar espaços de ensino e convivência que atendam aos mais altos padrões de qualidade e eficiência, alinhando-se aos princípios de sustentabilidade e inovação que regem as ações do IFPB.

11.4. Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual 2024, em conformidade com às disposições do art. 6º, do Decreto n.º 10.947, de 25 de janeiro de 2022, consignado no relatório extraído do sistema PGC.



## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. A presente contratação almeja gerar uma série de ganhos diretos e indiretos, especialmente em termos de efetividade, desenvolvimento nacional sustentável, economicidade, eficácia, eficiência, e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Esses benefícios estão detalhados a seguir:

### **12.1.1. Dos Ganhos Diretos:**

12.1.1.1. Melhoria da Infraestrutura Física e Funcionalidade: A construção do Ginásio Poliesportivo na unidade do Campus Itaporanga representa um avanço significativo na infraestrutura esportiva e educacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Este novo espaço permitirá a realização de atividades físicas, eventos esportivos e culturais, beneficiando não apenas a comunidade acadêmica, mas também promovendo o bem-estar e a saúde, contribuindo para um ambiente educacional mais completo e inclusivo.

12.1.1.2. Desenvolvimento de Competências Esportivas e Educacionais: A nova estrutura fomentará a prática regular de atividades esportivas, reconhecida como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes, favorecendo seu crescimento físico, mental e social. Além disso, a promoção de atividades esportivas pode refletir positivamente no desempenho acadêmico, aumentando a motivação e o engajamento dos alunos.

12.1.1.3. Promoção da Sustentabilidade: O projeto de construção do Ginásio Poliesportivo integrará práticas sustentáveis, como a utilização de materiais com baixo impacto ambiental e a implementação de soluções que minimizem o consumo de recursos naturais, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU. A adoção de tecnologias para captação e reuso de água, bem como sistemas eficientes de iluminação e drenagem, está alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável do IFPB e da administração pública federal.

### **12.1.2. Dos Ganhos Indiretos:**

12.1.2.1. Fortalecimento da Comunidade Local e Desenvolvimento Regional: A construção deste Ginásio Poliesportivo impactará positivamente não apenas a comunidade acadêmica, mas também a comunidade local, que poderá utilizar o espaço para eventos e projetos de extensão. Essa integração social fortalecerá a relação entre o IFPB e a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região. A priorização da contratação de mão de obra e fornecedores locais, sempre que possível, também incentivará a economia regional.

12.1.2.2. Melhor Integração Acadêmica e Comunitária: O Ginásio será um ponto de convergência para projetos que envolvem tanto a comunidade acadêmica quanto a comunidade externa, facilitando parcerias em

atividades esportivas, culturais e sociais. Um ambiente integrado poderá fomentar projetos interdisciplinares e promover o papel social do IFPB como agente transformador da sociedade.

12.1.2.3. Desenvolvimento Nacional Sustentável: Ao seguir critérios de sustentabilidade e eficiência no uso de recursos públicos, a obra contribuirá para o desenvolvimento sustentável do país, alinhando-se aos princípios da Administração Pública Federal que promovem contratações que respeitem o equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

## 12.2. Efetividade e Economicidade:

12.2.1. Uso Racional de Recursos Públicos: A adoção de práticas sustentáveis e inovadoras na construção reduzirá o impacto ambiental e o consumo de recursos, resultando em uma infraestrutura mais durável e econômica a longo prazo. O uso de materiais de alta qualidade e a aplicação de soluções de eficiência energética e hídrica contribuirão para a redução dos custos de manutenção ao longo dos anos.

12.2.2. Redução de Custos Operacionais: A construção do Ginásio Poliesportivo próprio evita a necessidade de locação de espaços externos para eventos esportivos e atividades físicas, gerando economia de recursos ao longo do tempo. Além disso, a realização de eventos internos maximiza o uso do espaço e amplia a oferta de serviços à comunidade acadêmica.

12.2.3. Melhor Aproveitamento de Recursos Humanos e Materiais: A contratação permite o melhor aproveitamento da força de trabalho existente no Campus Itaporanga, que poderá integrar atividades de extensão e projetos pedagógicos ao uso da nova estrutura esportiva. A execução da obra com materiais de alta qualidade evitará retrabalhos e gastos adicionais com reparos ou manutenção prematura.

## 12.3. Eficácia e Eficiência:

12.3.1. Execução Planejada e Estruturada: A contratação de empresa especializada garantirá que os serviços sejam prestados dentro de padrões técnicos rigorosos, respeitando cronogramas e metas estabelecidas. Isso aumentará a eficiência do processo de construção, minimizando atrasos e permitindo que o Ginásio Poliesportivo esteja disponível para uso no menor prazo possível.

12.3.2. Aumento da Qualidade dos Serviços Educacionais: A nova infraestrutura proporcionará um melhor aproveitamento do espaço físico do Campus Itaporanga, ampliando as condições para que o IFPB ofereça um ambiente educacional de alta qualidade. A eficiência será alcançada com a utilização plena do Ginásio em atividades curriculares e extracurriculares, fortalecendo o papel da educação física e esportiva no currículo.

12.4. A contratação, portanto, gera múltiplos benefícios diretos e indiretos, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável, maximização dos recursos públicos, melhoria da infraestrutura acadêmica e incentivo à integração social e regional. Ao adotar práticas de sustentabilidade, eficiência e economicidade, o IFPB não só atende às suas metas estratégicas, mas também cumpre seu papel de instituição educacional comprometida com o crescimento responsável e com a excelência no uso dos recursos públicos.

12.5. Dessa forma, a Instituição poderá cumprir seu dever institucional com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, sempre em observância às políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Visando a correta execução do contrato, a Administração deverá executar minimamente as seguintes ações e ou providências:

13.1.1. Providenciar, após a contratação, a designação de servidores com perfil adequado para fiscalização de cada contrato especificando, claramente, as atribuições e responsabilidades de cada partícipe, de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 14.133/21, realizando, se necessário, um curso de capacitação para deslindar as particularidades da contratação;

13.1.2. Acompanhar rigorosamente as ações previstas no contrato, especialmente no que tange à realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado, garantindo que as atividades sejam executadas conforme os padrões técnicos estabelecidos;

13.1.3. Garantir que os recursos orçamentários e financeiros necessários para a execução do objeto estejam disponíveis e adequadamente alocados no orçamento, evitando a interrupção dos serviços ou o atraso na execução do contrato.

13.1.4. Identificar os principais riscos associados à execução do objeto contratado e desenvolver planos de contingência para mitigar os impactos de eventuais imprevistos, assegurando a continuidade e qualidade da prestação dos serviços;

13.1.5. Estabelecer mecanismos de comunicação efetiva entre os fiscais de contrato, o gestor do contrato e os responsáveis pela execução, garantindo o fluxo adequado de informações e a pronta resolução de problemas;

13.1.6. Realizar inspeções periódicas in loco para verificar a conformidade da execução com os termos do contrato, avaliando o cumprimento dos prazos, a

qualidade dos serviços e a adequação das soluções empregadas às normas vigentes, registrando em relatórios eventuais não conformidades e propondo as correções necessárias.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Considerando o disposto no art. 7º, XI, da Lei n.º 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os bens e serviços envolvidos nesta contratação devem adotar critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, promovendo o uso eficiente de recursos e a minimização de impactos ao meio ambiente.

14.2. Todos os processos relacionados à execução do objeto contratado, desde a extração de matérias-primas até o descarte final de resíduos, devem observar rigorosamente as normas de proteção ambiental, garantindo práticas sustentáveis em todas as etapas.

14.3. A construção civil, como atividade que viabiliza a modificação do meio natural, tem o potencial de gerar impactos ambientais consideráveis. A seguir, são descritos alguns desses impactos e as respectivas medidas de mitigação a serem adotadas para garantir a sustentabilidade do projeto:

### **14.3.1. Degradação do solo e erosão:**

14.3.1.1. Medida de mitigação: Implementação de práticas de manejo sustentável do solo, como a contenção de encostas, revegetação de áreas impactadas, controle de enxurradas e técnicas de drenagem adequadas, a fim de minimizar a erosão.

### **14.3.2. Poluição do ar:**

14.3.2.1. Medida de mitigação: Utilização de equipamentos de construção com baixa emissão de poluentes, controle de poeira por meio da umidificação do solo e cobertura de materiais transportados, além da adoção de tecnologias mais limpas.

### **14.3.3. Poluição da água:**

14.3.3.1. Medida de mitigação: Implementação de sistemas de drenagem adequados, com uso de bacias de contenção e filtros para evitar que resíduos sólidos e substâncias químicas atinjam corpos d'água próximos.

### **14.3.4. Perda de habitats naturais:**

14.3.4.1. Medida de mitigação: Realizar um estudo ambiental prévio para identificar áreas de maior valor ecológico e, quando possível, evitar a construção nessas regiões. Caso inevitável, aplicar medidas compensatórias, como a criação de áreas verdes e restauração de habitats.

#### 14.3.5. Geração de resíduos sólidos:

14.3.5.1. Medida de mitigação: Desenvolvimento de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), priorizando a redução, reutilização e reciclagem de materiais, além da destinação adequada para resíduos gerados durante a obra.

#### 14.3.6. Consumo de recursos naturais:

14.3.6.1. Medida de mitigação: Eficiência no uso de água e energia durante a obra, adotando tecnologias sustentáveis e práticas de economia de recursos.

#### 14.3.7. Ruído e perturbação sonora:

14.3.7.1. Medida de mitigação: Adoção de medidas de controle de ruído, como barreiras acústicas, agendamento de atividades ruidosas em horários adequados e uso de equipamentos menos ruidosos.

#### 14.3.8. Disposição inadequada de resíduos químicos:

14.3.8.1. Medida de mitigação: Armazenamento e manuseio adequado de produtos químicos, de acordo com as normas e regulamentações ambientais, garantindo a disposição final correta.

#### 14.3.9. Impactos na mobilidade e tráfego:

14.3.9.1. Medida de mitigação: Elaboração de um plano de mobilidade que minimize congestionamentos e perturbações no trânsito durante a obra, além de incentivar o uso de transporte sustentável pelos trabalhadores.

14.5. Para garantir que todas essas medidas sejam implementadas de forma eficaz, é imprescindível que as ações de mitigação sejam integradas ao projeto desde sua concepção. O acompanhamento contínuo das obras, com envolvimento de especialistas ambientais e consultorias especializadas, será essencial para assegurar a conformidade com as normas ambientais e o sucesso das ações de tratamento e mitigação dos impactos.

14.6. A Instituição deve adotar uma abordagem proativa para a gestão dos impactos ambientais, alinhando-se aos princípios da sustentabilidade, conforme os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais legislações ambientais aplicáveis. Isso contribuirá para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento nacional sustentável, em consonância com as metas institucionais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Em razão dos elementos colhidos durante os Estudos Técnicos Preliminares e da conformidade com o inciso XIII, Art. 9º, da IN SG/SEDGGD/ME n.º 58, de 8 de agosto de 2022, não foram identificados óbices ao prosseguimento da contratação. Nestes termos, a contratação é considerada **VIÁVEL e RAZOÁVEL**, atendendo aos requisitos estabelecidos e às necessidades institucionais.

15.2. Por fim, a contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUYZ PAULO TARGINO SATURNINO**

Membro da Equipe de Planejamento

**RICARDO BATISTA PEREIRA**

Membro da Equipe de Planejamento

**PABLO RAMON RODRIGUES FERREIRA**

Membro da Equipe de Planejamento